



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

BENIZE IZABEL GOUVEIA ANDRADE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**GÊNERO E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE A DESIGUALDADE
DAS EMPRESAS**

CAMPINA GRANDE

2019



BENIZE IZABEL GOUVEIA ANDRADE

**GÊNERO E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE A DESIGUALDADE
DAS EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Administração, da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador(a): Prof. Darcon Sousa, Dr.

CAMPINA GRANDE

2019

MULHER E TRABALHO: UM ESTUDO ACERCA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA EMPRESA

Benize Izabel Gouveia Andrade¹

Darcon Sousa²

RESUMO

As mulheres vêm ganhando cada vez mais espaço no mercado de trabalho, em consequência de sua luta diária por uma igualdade de gênero. Sabe-se que o caminho vem sendo percorrido há várias décadas e os avanços são obtidos de maneira gradual, essa luta se consolida através de movimentos políticos como o feminismo, em suas ondas como é dividido pelos estudiosos de gênero. Sendo assim, para entender melhor sobre as desigualdades de gênero no âmbito empresarial, se faz necessário entender conceitos como gênero e feminismo. Este artigo propõe-se a discutir sobre o feminismo, os estudos de gênero e as dificuldades da mulher dentro da gestão empresarial. Para desenvolver a pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica de autores que versam sobre gênero e feminismo, bem como autores de administração.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero. Gênero. Gestão Empresarial.

WOMAN AND WORK: A STUDY ABOUT GENDER INEQUALITY IN THE COMPANY

ABSTRACT

Women are increasingly gaining ground in the labor market as a result of their daily struggle for gender equality. It is known that the path has been traveled for several decades and the advances are obtained gradually, this struggle is consolidated through political movements such as feminism, in its waves as it is divided by gender scholars. Thus, to better understand gender inequalities in business, it is necessary to understand concepts such as gender and feminism.

¹ Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande.
E-mail: benizeisabel@gmail.com

² Dr. em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande.
E-mail: darconsousa@gmail.com

This paper aims to discuss feminism, gender studies and women's difficulties within business management. To develop the research, a bibliographic review of authors dealing with gender and feminism, as well as administration authors, was conducted.

Keywords: Gender Inequality. Gender. Business management.

1. Introdução

Mesmo no século XXI ainda estão presentes e por diversas vezes disfarçadas as diferenças e uma sobrecarga na vida das mulheres, sendo elas no âmbito pessoal ou no seu ambiente de trabalho.

Segundo o Fórum Econômico Mundial (WEF) do ano de 2018, o Brasil teve um regresso nos seus indicadores, fazendo-se evidenciar a diferença entre os gêneros de trabalho, gradativamente se mostra o quanto as mulheres estão se distanciando do apropriado, acarretando soluções em um futuro distante.

Como mostra Bruschin (2000), o entendimento de direitos para mulheres foi expandido em um período pré-1988, tendo em vista a sua proteção e direitos que deu por fim a elaboração da “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, carta essa que demonstra a necessidade de deixar claro os direitos e deveres do governo, um exemplo de um desses direitos sancionados seria a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, dispondo que cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.

O gênero feminino tem por atribuição, cultura e ensinamentos que conduz para trabalhos domésticos, com a finalidade de sempre servir ao lar onde reside. Com a saída da mulher do local que lhe foi imposto, o lar, em busca de uma carreira profissional e objetivos diferentes daqueles que foram atribuídos a estas por séculos como seus em detrimento do seu gênero, infelizmente não a deixou livre do seu papel em casa, pelo contrário, por essa cultura patriarcal de servir, a mulher tende a se desdobrar entre o ambiente de trabalho e o ambiente familiar, uma vez que seus companheiros não a ajudam e não se sentem na obrigação de dividir essas tarefas.

A Clitia Helena (2013) nos mostra que a contagem desse tempo entre trabalho remunerado e trabalho familiar vem da soma do número médio de horas semanais dedicadas ao

mercado de trabalho e as ocupações do lar elaborado com dados da PNAD-IBGE e referências da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e da OIT (Organização Internacional do Trabalho), tem como resultado a jornada dupla das mulheres chegando a 58,7 horas totais por semana, contra 52,9 dos homens.

Este artigo propõe-se a discutir os aspectos que evidenciam a desigualdade de gênero no ambiente de trabalho, como se apresenta a desigualdade de gênero e qual o papel da gestão para atenuar as disparidades de remuneração, dupla jornada e carga horária. Como também evidenciar quão necessário é o amadurecimento teórico e prático a respeito do assunto, para garantir melhorias na gestão das organizações.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Breves apontamentos sobre feminismo e os estudos de gênero

O feminismo é um movimento político e social que vem ganhando maior destaque na contemporaneidade, sua origem remonta desde seus primeiros indícios de uma luta por igualdade de gênero, antes mesmo de ser reconhecido como movimento político em meados do século XX.

Destarte, o movimento feminista que observamos atualmente passou por diversos marcos históricos, tornando-se necessário realizar um breve estudo sobre o tema, para que possamos compreender melhor como se desenvolveu o feminismo ao longo do tempo.

Os estudos de gênero começaram a ser pauta do movimento feminista por volta do século XIX, com objetivo de entender as relações de poder existentes dentro das relações homem e mulher, no modelo familiar patriarcal, na sociedade, na política e em toda esfera pública.

Sobre o tema, nos ensina Louro:

“O conceito de gênero que pretendo enfatizar está ligado diretamente a história do movimento feminista contemporâneo. Constituinte desse movimento, ele está implicado linguística e politicamente em suas lutas, e para melhor compreender o momento e significado de sua incorporação, é preciso que se recupere um pouco de todo esse processo.” (LOURO, 1997, P.14)

Podemos então afirmar que o movimento feminista deu seus primeiros passos no final do século XIX, sob forte influência do iluminismo e dos ideais de liberdade, igualdade e

fraternidade. Ganhando maior visibilidade no período da revolução industrial. As mulheres trabalhadoras da época começaram a reivindicar as condições precárias em que trabalhavam.

Para melhor compreensão do feminismo como movimento político os estudiosos o dividem em “ondas”, a primeira onda ficou conhecida como sufragismo, tendo ocorrido no final do século XIX e tinha por objetivo conquistar o direito ao voto. A segunda onda ocorreu entre 1960 e 1980, no qual as mulheres reivindicavam leis que assegurassem sua individualidade e cidadania.

Já na terceira onda que ocorreu em 1980, buscavam enfatizar que as subjetividades eram formadas a partir dos discursos, se concentrando no estudo das divergências da diversidade e da produção do discurso, deslocando assim o estudo que antes era voltado apenas para as mulheres para as relações de gênero.

A terceira onda do feminismo teve influência dos estudos Queer onde se tornou possível ampliar o significado de gênero que até então era utilizado como sinônimo da palavra mulher, assim o conceito de gênero começa a ser utilizado para se referir às normas e ao contexto histórico e cultural que se apresenta tanto nos homens quanto nas mulheres. Desvendar o verdadeiro conceito de gênero “não é apenas descobrir a forma correta de chamar alguém, mas, antes questionar esse processo de classificação que gera o xingamento” (MISKOLCI, 2012, p. 21-53).

No Brasil, o pensamento feminista começa a se desenvolver no século XX, tendo como pioneira Nísia Floresta pela sua tradução da obra “A reivindicação dos direitos da mulher” (1832), assim começamos a construir uma consciência crítica sobre o conceito de ser mulher no país. Podemos dizer então que o movimento feminista no Brasil já se deu de diversas maneiras no decorrer da história, passando pela onda sufragista, anarquista, comunista, burguês, entre outros. E continua travando sua luta por igualdade salarial, condições dignas de trabalho, a total disposição do seu corpo, entre outras ideias que visam uma sociedade mais igualitária

Segundo Costa e Sandenberg (2008):

“ [...] enquanto na Europa e, mais tarde nos Estados Unidos, precedia-se a revolução em todas as esferas da vida social, inclusive nas relações pessoais e na família, deslançada pelo “novo” modo de produção que ali se estabelecia, no Brasil, como nos demais países da América Latina, ainda se vivia num regime colonial, escravocrata, patriarcal. ” (COSTA & SANDENBERG, 2008, p. 23-47)

Uma das principais autoras na linha de gênero é Nicholson (2000), segundo seu pensamento o termo gênero inicialmente era utilizado como oposição ao sexo biológico, ao qual estaria ligado ao aspecto social, fundamentado em valores históricos e culturais, em oposição ao sexo que se refere a uma condição fisiológica, a presença de um aparelho genital com características de macho ou fêmea. Em contrapartida, na década de 90, Joan Scott traz um novo conceito a respeito da temática que tinha como objetivo desconstruir a oposição tida como universal entre o binarismo homem e mulher, ela nos ensina que:

“[...] gênero é uma organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o gênero reflita ou produza diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens; mais propriamente. O gênero é o conhecimento que estabelece significados para as diferenças corporais. (...) Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos.” (NICHOLSON, 2000, p.2 apud SCOTT, 1990, p.2).

Desse modo, temos que gênero começa a ser tido como uma categoria analítica visto que nos possibilita enxergar os sentidos construídos a respeito do gênero masculino e feminino, modificando assim homens e mulheres em categorias que estão em processos mutáveis e não regras pré-fixadas.

2.2 O papel da mulher na gestão empresarial

Mudanças sociais, políticas e no campo econômico proporcionaram as mulheres o direito de ocupar espaços públicos e com isso sua inserção no mundo do trabalho, tendo um considerável aumento em seu nível de escolaridade, que abriu um leque de oportunidades para que estas conseguissem melhores empregos, e uma mudança considerável no modelo de família.

Mas como viemos de um modelo patriarcal reproduzido durante séculos, por mais que as mulheres lutem por seu local de fala e sua isonomia com relação aos homens no mercado de trabalho, ainda continuam recebendo remunerações menores que os do gênero oposto, mesmo quando tendo o mesmo nível de escolaridade e mesma função nas empresas, como nos mostra Bruschini e Lombardi (2000).

Ao levarmos em consideração a disparidade salarial entre ambos os gêneros, alguns fatores podem ser evidenciados como causas deste fenômeno:

“(…) o fato de terem ingressado no mercado formal de trabalho nas três últimas décadas – o que as colocou no olho do furacão da reestruturação produtiva do capital, alocando-as em relações de trabalho precarizadas –; de representarem 38% das chefias familiares; de almejarem melhorar a cesta e a receita familiar, garantir o estudo dos filhos e tomar a abertura social promovida pelos movimentos populares e pelas lutas feministas faz com que elas aceitem trabalhar por salários mais baixos.” (CRUZ, 2006, p. 317)

Desse modo, podemos observar alguns aspectos da inserção da mulher no mercado de trabalho como efeito da pressão do setor econômico, gerando novas necessidades o que estimulou o consumo numa relação de empobrecimento dos trabalhadores, ou seja, estes precisam cada vez mais de consumir e para isso tendem a trabalhar mais, além disso tendo que arcar com as contribuições para despesas das políticas públicas como saúde, educação, segurança, que são de responsabilidade estatal porém financiadas pela sociedade.

Destarte, podemos observar sob o ponto de vista de Hirata (2002) que ao final do século XX ocorreu uma bipolarização no mundo do trabalho, neste contexto profissionais com maior qualificação, ocupando postos com maiores remunerações mas que se referiam apenas a aproximadamente 10% da população, em contrapartida os trabalhadores com menor remuneração ocupam postos com menores remunerações. Esse fenômeno gerou uma divisão entre os trabalhadores de postos intelectuais e aqueles com perfil de subcontratados, vivendo em situações degradantes, e muitas vezes tendo que cumular empregos, mesmo que de maneira informal.

Assim, temos que a inserção da mulher no mercado de trabalho traz consigo uma carga histórica marcada pelo patriarcado, com marcas de uma sociedade patriarcal, onde Bruschini e Lombardi (2002) explanam que o trabalho no âmbito doméstico seria onde a maioria das mulheres estariam inseridas.

2.2.1 A divisão sexual do trabalho

Ao falar de desigualdade de gênero no trabalho faz-se necessário entender um pouco sobre a divisão sexual do trabalho, que remonta em nossa história e que continua sendo um assunto bastante debatido e com várias controvérsias. Uma das primeiras correntes para essa divisão defendem que o fator principal seria o determinismo biológico, onde as mulheres seriam menos capazes de executar dadas tarefas por possuírem resistência física inferior as dos homens, pelo fato da gestação. Porém, podemos visualizar que essas premissas vão se reinventando ao longo da história, de acordo com o modelo de sociedade aplicado. No atual

modelo capitalista a mulher continua recebendo salários inferiores, mesmo que quando ocupando os mesmos cargos que um homem.

Marx em sua obra *O Capital* (1867) afirma que o trabalho das mulheres ganhou intensidade no período em que foram introduzidas as máquinas em substituição ao trabalho braçal do homem, juridicamente as mulheres eram reconhecidas como parcialmente capazes, ou seja, só detinham discernimento para alguns atos da vida civil. Assim, os capitalistas diminuiriam os salários dos homens, passando a lucrar ainda mais, enquanto o trabalhador não teria outra saída senão vender além de sua mão de obra, seus filhos e sua esposa.

Sob este prisma, observamos que o capitalismo coloca os sujeitos como mercadorias para que este possa sair no lucro. As mulheres começam então a se deslocar do ambiente doméstico, e este fato é considerado como uma afronta moral trazida pelo capitalismo.

Assim explica Saffioti (1979):

“O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa” (SAFFIOTI, 1979:36)

A divisão sexual do trabalho é tida como um construto social, que irá girar em torno do binarismo do determinismo biológico, onde as atribuições são divididas entre femininas e masculinas. Essa divisão irá implicar não só na subordinação das mulheres, mas também nas tarefas que são designadas para elas, os salários a serem percebidos. Lobo (1991) entende que a maneira como o trabalho será distribuído com relação ao gênero será não apenas uma consequência, mas também um princípio organizador dessa desigualdade trabalhista.

2.2.2 A reestruturação do trabalho da mulher

No Brasil, a ordem econômica vem passando por diversas transformações, com um crescente ritmo nos processos de urbanização, industrialização, bem como a modernização no

sistema de produção, mas esses aspectos não têm sido o suficiente para que as mulheres conseguissem alcançar uma isonomia quando se trata das diferenças para com os homens.

Por outro lado, vemos que os baixos salários, a exclusão social continuaram aumentando as desigualdades sociais e a concentração de renda, já que as transformações trouxeram uma nova roupagem para o mercado de trabalho, também provocou um declínio nas formas protegidas de emprego e aumento do desemprego, levando o trabalhador a procurar alternativas sem nenhuma segurança jurídica.

De acordo com Bruschini (2000), no Brasil essas transformações e a busca por novas alternativas de emprego levaram a transformações econômicas que contribuíram para aprofundar a crise local da década de 90, cujas principais características foram a o desemprego no ramo da indústria, a desqualificação dos empregos e o aumento da informalidade.

2.2.3 O papel da mulher na gestão empresarial

A sociedade brasileira, que tem como princípio basilar o patriarcado, vê em sua perspectiva conservadora a mulher como aquele ser frágil, obediente, esposa, passiva. A mulher brasileira do período colonial é descrita por Freyre (1984) como subordinada e dependente da figura masculina, sendo está o marido ou o pai. Só na década de 70 que a mulher começa a ganhar visibilidade como ser igual ao homem, assim a mulher começa a ter seu local no ambiente de trabalho através das mudanças que a sociedade vem encarando na época.

“[...] contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva. A continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades de as mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo a rebelião feminina do final dos anos 60, nos Estados Unidos e Europa, chegou como uma onda nas nossas terras, em plenos anos de chumbo; apesar disso, produziu o ressurgimento do movimento feminista nacional fazendo crescer a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira.” (Teixeira, 2007):

Ainda sobre estes aspectos, temos o entendimento de Cortazzo:

Apesar de que os postos, ocupados pela mulher no mercado de trabalho são, em geral, subalternos, sua incorporação ao mercado de trabalho é fundamental para garantir a sobrevivência familiar. Por outro lado, a perda do poder aquisitivo do salário trouxe como consequência que o homem perdesse o papel de único responsável pela manutenção familiar. (Cortazzo, 1985, p.45)

Na classe trabalhadora, não só a remuneração da mulher como também a de todos os membros da família é indispensável.

Sob este prisma, podemos verificar que o trabalho da mulher passa a ser visto além de uma forma de complemento de renda familiar, mas sim em alguns casos como sendo o único rendimento familiar, enfrentando todos os preconceitos e desigualdades existentes. Outro fator de extrema relevância é a responsabilidade atribuída a mulher sobre as atribuições domésticas, que até hoje continuam sendo obrigação feminina, como o cuidado dos filhos por exemplo. Conforme Bruschini:

“Em 1980, 39% das brasileiras sem filhos trabalhavam, mas esse número caía para menos de 30% entre as mães. Porém, quando os filhos crescem e as mães podem ser substituídas ou ajudadas pela escola, sua disponibilidade para o trabalho volta a aumentar. Cerca de 41% das mães de filhos maiores de 7 anos trabalhavam em 1980, superando a atividade das que não eram mães.” (BRUSCHINI, 1994)

Assim, temos que apesar das dificuldades encontradas as mulheres estão ingressando gradualmente no mercado de trabalho, porém os ofícios tidos como atribuições das mulheres, continuam sendo inseridos em sua rotina, ficando assim as mulheres condicionadas a uma dupla jornada.

2.2.3.1 A dupla jornada

A mulher começa a buscar seu espaço no âmbito do trabalho, ocupando espaços que antes eram majoritariamente dos homens, porém não conseguem se desligar dos afazeres domésticos, ficando assim sobrecarregadas pela dupla jornada.

“Responsáveis pela maioria das horas trabalhadas em todo o mundo, as mulheres, generosamente, cuidam das crianças, dos idosos, dos enfermos, desdobrando-se em múltiplos papéis. Esquecidas de si mesmas, acabam por postergar um debate que se faz urgente: a divisão desigual das responsabilidades da família, a injustiça de sozinha, ter de dar conta de um trabalho de que todos usufruem.” (Perez, 2001, p.52)

Verificamos então, que as mulheres tendem a sofrer com uma sobrecarga de atividades do trabalho mutuamente com as domésticas, e que o mesmo acaba não ocorrendo quando se trata dos homens. Assim, os papéis das mulheres sofrem alterações consideráveis após sua imersão no âmbito do trabalho.

2.2.3.2 Características da gestão feminina

Estudos trazem comparações entre a gestão efetuada por homens e mulheres no ambiente de trabalho, o que vem se tornando discussões relevantes. De modo geral, as organizações são embasadas em valores de cunho masculino, onde em seu processo de implementação as mulheres não participaram.

Sobre as diferenças da gestão feminina e masculina, Castells (1999) afirma que essas diferenças vão além dos quesitos biológicos, e estão mais próximas de fatores sociais. Assim como as mulheres possuem maior perseverança, disposição para trabalhar em equipe. O jeito das mulheres de administrar não é superior ao dos homens, mas pode ser tido como complementar. Como acredita Munhoz (2000), o sucesso dos empreendimentos que possuem mulheres em posições de liderança na gestão, se dá pela compreensão de que as mulheres desenvolvem um estilo singular, já que estas utilizam preceitos de aprendizados que são repetidos desde a infância, e utilizam isso para maior cooperação nas empresas.

Valores femininos começam então a ser incorporados nos modelos das empresas, conforme Arruda (2000), a globalização vem conduzindo o ser humano, oprimindo-o com valores desumanos. Outro ponto relevante é que as empresas dirigidas por mulheres atingem um tempo maior em relação a sobrevivência de pequenos negócios.

Desse modo, temos que os valores femininos podem ser tidos como princípios da empresa, que tem raízes extremamente masculinas, mas as tendências são de que com o tempo, os valores femininos se mesclam com os tradicionais, resultando assim um equilíbrio onde a gestão empresarial irá se pautar em princípios tanto masculinos como femininos, sendo um complemento do outro.

3 Material e Métodos

O presente artigo busca realizar uma discussão sobre o feminismo e os estudos de gênero no Brasil, os aspectos que evidenciam a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, com foco principalmente no papel da mulher na gestão empresarial. O interesse em investigar acerca do tema surgiu a partir de leituras e observações no dia-a-dia, e em algumas disciplinas vistas no curso de Administração da Universidade Federal de Campina Grande.

As observações realizadas em sala de aula trouxeram indagações a respeito do papel da mulher na gestão empresarial, e como o feminismo tem influência neste fenômeno. Assim, a questão central desse estudo a desigualdade de gênero assim, a pesquisa tem como principal objetivo discutir aspectos que evidenciam a desigualdade de gênero no ambiente de trabalho.

Tendo em vista o objetivo central da pesquisa, podemos delimitá-la como de caráter qualitativo.

“[...] pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou, seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 1994, p. 21)

Para melhor compreensão do objeto a ser analisado, utilizamos a revisão bibliográfica, com base em autores(as) com enfoque na teoria marxista, levando em conta primordialmente os trabalhos escritos por Karl Marx e seus seguidores, trabalhos estes que trabalham com a discussão de gênero e divisão sexual do trabalho, este tipo de pesquisa pode ser caracterizado como:

“[...] coloca frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Esse esforço em discutir ideias e pressupostos tem como lugar privilegiado de levantamento as bibliotecas, os centros especializados e arquivos. Nesse caso, tratasse de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social.” (MINAYO, 1994, p. 21)

Assim, temos que o presente artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica com autores relacionados ao tema em análise.

4 Resultados e Discussões

Ao discutirmos sobre a divisão sexual do trabalho, não é possível desconsiderar as relações sociais em torno do conceito de sexo/gênero, pois estas formam um sistema estruturado em papéis e funções sociais estabelecidas no binarismo homem/mulher, que provém de construções sociais e não pelo determinismo biológico. É sob este prisma que encontramos os fatores que dificultam a condição da mulher no mercado de trabalho, conforme nos ensina Neves (2013), um dos principais fatores está no modelo familiar patriarcal que continua bem estabelecido na contemporaneidade, conferindo ainda as mulheres o ambiente familiar e doméstico, como a manutenção do lar e criação dos filhos.

Neste contexto as mulheres começam a encontrar inúmeras dificuldades em conciliar suas atividades profissionais com aquelas do lar, levando estas a uma dupla jornada, numa sociedade que não coloca esta mesma carga nos indivíduos do sexo oposto, trazendo assim uma desvantagem para as mulheres. É importante lembrar que houveram alterações no que diz respeito a divisão sexual no trabalho, atualmente encontramos um número elevado de mulheres no mercado de trabalho, mas esses dados ainda não querem dizer que existe uma intensa entrada das mulheres.

Desse modo, ainda encontramos mulheres responsáveis pelas atribuições reprodutivas, o cuidado com o lar e todo o ambiente familiar, e mesmo que elas estejam inseridas no mercado de trabalho, suas remunerações são vistas apenas como um complemento aos proventos dos homens, enquanto a estes é designado todo o mérito de provedor do lar. Como estudamos anteriormente o fato de a mulher deixar o ambiente do lar e ir trabalhar fora acaba sendo visto como um ato causador de ruptura com a moralidade e os bons costumes, que será ocasionada pela exploração do sistema capitalista.

As indústrias recém mecanizadas começaram a se deparar com cada vez mais mulheres e crianças em sua configuração, realizando uma ruptura com a resistência do trabalhador homem ao despotismo do capital manufatureiro como afirma Carloto (2002 p.02). A partir deste entendimento, podemos observar que em relação a divisão sexual do trabalho, homens ainda continuam ganhando consideravelmente mais que as mulheres, pelo simples pressuposto de ser homem. Mesmo com as lutas por uma maior equidade entre direitos de ambos os sexos, os homens ainda são aqueles que ocupam a maioria dos cargos de chefia, tanto no âmbito público quanto no privado. Ainda nos espaços ocupados por mulheres que exerçam as mesmas funções que os homens, a sociedade ainda as tem como inferiores.

Desse modo, como nos ensina Carloto (2002) em suas reflexões Marxistas, a divisão sexual do trabalho, que resulta em desigualdades salariais, era bem vista aos olhos dos capitalistas, pois a mulher acabava sendo tida como uma mão de obra mais barata, tornando-se um objeto de lucro para estes, conseguindo de alguma forma que as mulheres fossem empregadas dentro das fábricas.

Destarte, vemos que o papel da mulher tem se firmado cada vez mais, tendo grande influência a luta feminista, bem como as influências do capitalismo da divisão sexual do trabalho. A mulher acaba então tendo que assumir diversos papéis, como mãe, esposa, aquela

que se divide no ambiente familiar e ainda tem que procurar sua subsistência trabalhando fora, muitas vezes ficando sobrecarregada e tendo uma dupla jornada. Além de todos os aspectos estudados, temos ainda que embora a mulher possua o mesmo grau de escolaridade, exerça a mesma função, no mesmo grau hierárquico, os homens muitas vezes ainda continuam recebendo mais por sua força de trabalho, simplesmente por ser homem.

5 Considerações Finais

O ingresso das mulheres no âmbito do trabalho foi um processo árduo e que não eximiu estas de suas responsabilidades domésticas. Neste aspecto temos que as mulheres de classes sociais baixa e média procuram trabalhar por necessidade de uma renda para seu sustento e de sua família, não mais apenas como complemento da renda familiar. Já as mulheres de classe social média alta e alta podem optar pelo trabalho ou não.

O papel das mulheres nas organizações implica em um novo direcionamento dos papéis femininos, bem como empresas mais flexíveis que facilitam o ingresso de mulheres em seu quadro de funcionários.

Observamos então que o nosso objeto de estudo ainda precisa passar por um maior amadurecimento teórico e prático, para que nossa análise possa ser enriquecida de maneira positiva. Levando em consideração toda a submissão pela qual as mulheres passaram. Necessitamos nessa situação ponderar o fato de a mulher atualmente possuir status de escolha em relação a seu ambiente doméstico e organizacional, tendo em vista que este é um grande avanço pela luta do movimento feminista. Logo, por estar acometido desta condição trata-se de um trabalho com uma simples reflexão acerca do que foi abordado durante o estudo, com intuito de contribuir em futuras pesquisas.

Referências

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de. Relação empresa-família: o papel da mulher. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901996000300002&script=sci_arttext>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

_____. **O Feminino criador: socioeconomia solidária e educação.** In: ARRUDA, M.; BOFF, L. Globalização, desafios socioeconômicos, éticos e educativos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 119-143.

BETIOL, Maria Irene Stocco; TONELLI, Maria José Tonelli. **A mulher executiva e suas relações de trabalho.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901991000400003&script=sci_arttext>. Acesso em 11 de outubro.

BRUSCHINI, CRISTINA. **O TRABALHO DA MULHER BRASILEIRA NAS DÉCADAS RECENTES.** Estudos Feministas, 1994, pp. 179–24.

BRUSCHINI, C. E LOMBARDI, M.R. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil Contemporâneo.** Cadernos de Pesquisa, julho 2000, n.110, São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

CARLOTO, Cássia Maria. **Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino.** Disponível em <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORTAZZO, Inês. Saúde e trabalho. **Arquivos de Medicina Preventiva**, n. 7. Porto Alegre: Faculdade de Medicina, UFRGS, 1985.

COSTA, Ana Alice Alcantara & SANDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Introdução: O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara & SANDENBERG, Cecilia Maria Bacellar (org.). **O Feminismo no Brasil: Reflexões Teóricas e Perspectivas.** Salvador. UFBA/ Núcleo de estudos interdisciplinares sobre a mulher, 2008. P.23 a 47.

CRUZ, T. **Ocupação no mundo do trabalho e o enfoque de gênero: qual o perfil do sujeito trabalhador que constrói a economia solidária no Brasil?** Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 9, n. 2, 2006, p. 311-325.

FRANÇA, Ana Letícia de; SCHIMANSKI, Édina. **Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar.** Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4025711>>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1984.

HIRATA, H. **Globalização e divisão sexual do trabalho.** Cadernos Pagu, Campinas, n. 17/18, 2002.

LOBO, E. S.- **A Classe Operária tem dois sexos,** São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MARQUES, M. I. B. **Divisão Sexual do trabalho e suas expressões: reflexões a partir do trabalho docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) 2015**. Tese. (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MARTINS, Clítia Helena . **Dupla jornada de trabalho: desigualdade entre homens e mulheres**. Carta de Conjuntura FEE (Ed. em Português. Impresso), Porto Alegre - RS, p. 7 - 7, 10 abr. 2013.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MISKOLCI, Richard. **Teoria quer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p 21-53.

MUNHOZ, G. de S. **Quais as contribuições que o estilo feminino de liderança traz para as organizações empreendedoras?** In: ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO, 1, 2000. Maringá. anais... Maringá: EGEPE, out. 2000, p. 164-176.

NEVES, Magda de Almeida. **Anotações sobre trabalho e gênero**. In: Cadernos de Pesquisa. V. 43, N. 149. Fundação Carlos Chagas. São Paulo. Maio / Agosto de 2013.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2000, p. 1-33.

PEREZ, Lícia. **Os desafios para o século XXI**. In: GALEAZZI, I.M.S. (Org) Mulher e Trabalho. Publicação Especial do Convênio da Pesquisa e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PEDRMPA) v. 1, 2001. p. 51-53.

SAFFIOTI, H.I.B.- **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1979.

SCOTT, J. **Gênero, uma categoria útil para análise histórica**. In: Revista Educação e Realidade. 16 (2):5-22, jul/dez. Porto Alegre, 1990.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo. **As mulheres e o mercado de trabalho**. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. de 2007.